

SP registra 6 denúncias de corrupção por dia

MPE recebeu 1.152 reclamações nos últimos 6 meses sobre problemas na Prefeitura

CONRADO CORSALETTE
e ROGÉRIO PANDA

A cada 24 horas, o Ministério Público Estadual (MPE) recebe seis novas denúncias de corrupção envolvendo a administração municipal de São Paulo. Foram 1.152 nos últimos seis meses – 1.080 por meio de telefonemas e 72 por cartas. Os números evidenciam que a máfia dos fiscais está mais ativa do que nunca e, segundo previsões dos envolvidos nas investigações das irregularidades na Prefeitura, tende a intensificar seus “trabalhos” nesse fim de governo do prefeito Celso Pitta (PTN).

De acordo com promotores do Grupo de Atuação Es-

pecial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), que investigam a máfia há três anos, o volume de denúncias aumentou cerca de 50% após a conclusão do pleito municipal, com a eleição de Marta Suplicy (PT).

“A perspectiva de mudança de governo fez com que as pessoas resolvessem denunciar toda forma de esquema criminoso praticado pela administração”, disse o promotor Roberto Porto, membro do Gaeco. “É preciso aproveitar o momento e fazer uma limpeza no serviço público.”

O promotor José Carlos Blat, também integrante do Gaeco, assinala que o volume maior de denúncias refere-se às 28 administrações regionais espalhadas por São Paulo. De acordo com líderes de ambulantes de toda a cidade, os fiscais das regionais estariam intensificando a cobrança e, até mesmo, au-

mentando o preço da “caixinha”.

O segundo maior alvo de acusações de irregularidades é o Plano de Atendimento à Saúde (PAS), que teve o nome modificado para Sistema Integrado Municipal da Saúde (Sims). As denúncias referem-se a um possível “desmanche” antecipado do sistema, com a eliminação de documentos que apontariam possíveis superfaturamentos dos quatro módulos da cidade.

Irregularidades na Câmara Municipal aparecem em terceiro lugar no número de denúncias feitas ao MPE. “Funcionários estão ligando dos gabinetes e acusando os vereadores de retenção de salários”, disse Porto.

Os denunciante apontam ainda a existência de funcionários fantasmas nas autarquias e empresas de economia mista controladas pela Prefeitura, como Anhembi

Turismo e Eventos e Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). O grupo do MPE também tem, em menor número, denúncias envolvendo a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) e as empresas que controlam a coleta e varrição de lixo na cidade.

Para os promotores, nunca uma gestão foi tão envolvida em denúncias de corrupção como a do atual prefeito de São Paulo.

Blat acredita que o volume de denúncias poderia ser ainda maior, já que muitas pessoas não têm o novo número do “disque-denúncia” do órgão, que é 3155-3790. O telefone foi alterado por causa da mudança de edifício do MPE. “A mudança de endereço preju-

dicou um pouco.”

Para o promotor, mesmo com a criação da força-tarefa (união do Ministério Público com policiais do Departamento de Investigação e Registro Diversos), a corrupção na cidade não deixou de existir. “Deve, inclusive, se acentuar com o final do governo municipal”, avaliou.

**QUEIXAS
CRESCERAM
50% DEPOIS
DAS ELEIÇÕES**

Nos últimos 15 dias, duas pessoas acabaram presas, acusadas de participar de esquemas de corrupção na administração municipal. No dia 27 de outubro, o irmão do vereador José Izar (PST), Williams, foi flagrado quanto se apropriava de parte do salário de um funcionário de gabinete do parlamentar. No dia 7, o administrador regional do Jaça-

nã-Tremembé, Omar de Castro, foi filmado durante tentativa de extorsão contra um comerciante estabelecido na região.

A reportagem do **Estado** apurou que, antes da prisão do ex-administrador regional, os promotores do Gaeco já tinham duas denúncias de corrupção envolvendo a regional da zona norte.

Interesse – Boa parte das acusações que o MPE vem recebendo nos últimos meses, entretanto, não tem a ver com um exercício de cidadania, segundo os promotores. “É uma forma de as pessoas demonstrarem descontentamento com uma situação pela qual foram favorecidas durante os anos desta administração”, afirmou Porto. “Os funcionários da Prefeitura acreditam que fazer a denúncia pode ser uma forma de manter o cargo nos próximos quatro anos.”